

MARCAS DE INTERATIVIDADE NO DISCURSO PETISTA:  
A TEORIA DOS ATOS DE FALA EM QUESTÃO

Leilane Ramos da Silva  
Universidade Federal de Sergipe

**RESUMO:** A Teoria dos Atos de Fala costuma ser julgada, sob a tese de centralizar sua preocupação com o locutor, como pouco afeita ao interacionismo. Neste estudo, busca-se avaliar em que medida essa crítica procede, a partir da ideia de que não se deve confundir a ‘autonomia’ de um ato com a ‘dimensão conversacional’ de determinadas práticas de linguagem. Sustenta-se que, ao se referir às ações e/ou às prováveis intenções de um locutor, a TAF não propugna uma concepção monológica da enunciação, apenas as toma como uma “alavanca” ocasionadora da interação. Operacionalmente, toma-se como *corpus* 72 atos caracterizados como promessas e críticas veiculadas no discurso oficial petista do segundo turno das eleições presidenciais de 2006.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria dos Atos de Fala; discurso petista; interação

**ABSTRACT:** *The Theory of Speech Acts is used to be judged, under the thesis of centralize its preoccupation with the speaker, as a little bit related to the interaccionism. In this study, one searches to evaluate how valid this critic is, from the idea that one can not confuse ‘autonomy’ of an act with the ‘conversational dimension’ of such language practices. One argues that, if one refers to the actions of probable speaker’s intentions, the TSA does not propose a monological conception of the enunciation, it just take them as a “tool” that generates the interaction. Operationally, the corpus is composed of 72 acts characterized like promises and critics disseminated in the party of workers’ official discourse during the second turn of the presidential elections of 2006.*

**KEYWORDS:** *Speech Act Theory – party of workers’ discourse - interaction*

## Introdução

Dizer que a Teoria dos Atos de Fala - TAF representa, em termos de formulação teórica, a contribuição mais efetiva aos estudos que tomam a linguagem como forma de ação é uma constante entre os estudiosos. É igualmente verdade, porém, que a referida teoria não ficou imune a críticas; pelo contrário, desde sua inserção no interior das reflexões filosófico-linguísticas, muitos são os reparos a ela dirigidos.

Sem dúvida, o conjunto desses ajustes é fruto, principalmente, dos avanços advindos da compreensão de linguagem como um processo enunciativo, com as respectivas atuações dos interlocutores.

Assim, como bem lembra Mari (2001), entre outras acusações, a teoria é normalmente avaliada, sob a tese de centralizar sua preocupação com o locutor, como defensora de uma visão pouco afeita ao interacionismo. Neste estudo, busca-se avaliar em que medida essa crítica procede, a partir da ideia de que não se deve confundir a ‘autonomia’ de um ato com a ‘dimensão conversacional’ de determinadas práticas de linguagem. Sustenta-se que, ao se referir às ações e/ou às prováveis intenções de um locutor, a TAF não propugna uma concepção monológica da enunciação, apenas as toma como uma “alavanca” ocasionadora da interação. Eis o que ganhará atenção nas linhas que se seguem.

Do ponto de vista operacional, toma-se como objeto um conjunto de 72 caracterizados como promessas e críticas veiculadas no discurso oficial petista do segundo turno das eleições presidenciais de 2006. Para dar conta da análise, entrelaçam-se a classificação de Searle (2002) para os atos ilocucionários e as pesquisas desenvolvidas por Mari (2001) para os atos de fala indiretos com os estudos enunciativos tratados por Bakhtin (1992).

### 1. Teoria dos Atos de Fala: uma negação ao interacionismo?

Como se sabe, para a TAF, a linguagem é mediadora de distintas ações e, como tal, passa a ser entendida como uma prática. Nesse sentido, lúcida é a referência aos princípios físicos de que “toda ação prevê uma reação”, à medida que sua natureza é intrinsecamente promotora da atuação do “outro” (ainda que este “outro” seja marcado virtualmente, como no caso de uma pessoa que fala consigo mesma ou no caso dos atos ilocucionários ditos compromissivos (SEARLE, 2002)). Logo, os sujeitos não se restringem a meros emissores e receptores, ao contrário, passam a ocupar lugares no circuito da interação, em situação concreta de comunicação.

Sob essa ótica, a atuação do locutor representa condição *sine qua non* à interação. Mari (2001), pondo em relevo a dimensão colocada por Benveniste ao abordar a emissão de um ato de fala, assim se manifesta:

Esse contágio solipsista, antes de ser uma preferência pelas atitudes do locutor, é uma condição para desencadear qualquer processo interacional: só há interação verbal se algum locutor for capaz de tornar existente a enunciação, de fazê-la “mover”. E, nesse particular, podemos dizer que qualquer ato, que objetive validar a força que incorpora, está comprometido com uma ordem de fatores que transcende o locutor, ainda que esse possa ter responsabilidades sobre dimensões do conteúdo proposicional. (MARI, 2001, p. 94)

Infere-se do ponto de vista acima que, ao referir-se às ações e/ou às prováveis intenções de um dado locutor, a TAF não propugna uma concepção monológica da enunciação, apenas as toma como uma “alavanca” ocasionadora da interação. Dir-se-ia, então, que a citada teoria encontra-se nos limites da ação e da interação e, por isso, deve ser tratada como tal.

Desse prisma, mesmo ao considerar atos de fala tipicamente solipsistas, a exemplo de uma promessa, não há como se negar o fato de esta se revestir de um caráter transitivo, pois não é possível excluir o outro de sua esfera de realização. Logo, “... Ela é, portanto, um objeto social a ser partilhado pelos integrantes de uma interlocução, já que promessas não são feitas visando ao próprio locutor, mas visando a um destinatário específico” (MARI, 2001, p. 94)

Ainda fazendo menção às observações de Mari (2001), vê-se como a emissão de um “desejo” — também com um alto grau solipsista —, apesar de não prever um benefício ao outro, adquire um teor interlocutivo, à medida que o outro passa a compartilhar de sua existência, testemunhando-o.

Ora, em se tratando especificamente da classificação de Searle (1969, 2002) para os atos ilocucionários, sabe-se que várias são as críticas a ela dirigidas, mormente no que tange à explicitação das particularidades da atividade interacional e, embora não cabendo no âmbito deste artigo proceder a uma discussão exaustiva em torno dessa problemática, apenas a reflexão sobre duas questões principais é fundamental para o momento, quais sejam: a) *A construção de um ato de fala via intervenção direta do locutor exclui, necessariamente, a referência ao outro?* b) *Há, realmente, a necessidade do uso do termo “interação” para demarcar os limites interlocutivos relativos à emissão de um ato de fala?*

Antes de dar início a essa discussão, porém, convém trazer observações, ainda que de forma rápida, sobre a definição de força ilocucionária, da taxonomia

de Searle (1969; 2002) e, especialmente, dos atos aqui considerados: promessas (atos compromissivos) e críticas (atos essertivos) extraídas do discurso oficial de campanha petista no segundo turno das eleições presidenciais de 2006.

## 2. Princípios da TAF: diálogos possíveis

Entre outras noções importantes da TAF decorre a ideia de ‘força ilocucionária’, responsável pela forma por meio da qual a mensagem deve ser entendida pelo seu interlocutor. Logo, é a essa força que se deve o conjunto de atos de fala e, por extensão, os vários efeitos discursivos veiculados por uma promessa ou crítica facilmente identificada nos discursos de campanha.

De modo geral, a noção de força ilocucionária ocupa um lugar especial no meio dessas reflexões, seja quando se tenta classificar os atos de fala, seja quando a atenção se volta para a observação dos efeitos discursivos inerentes a esses atos ou a uma contextualização discursiva como um todo. Pode-se dizer que em todos os empenhos em classificar os atos de fala, entre eles o do próprio mentor da teoria - Austin -, a noção de força ilocucionária sempre se faz presente, apresentando-se como pivô da ação empregada com um fim específico.

Assim, embora se reconheça a importância das diversas classificações dos atos de fala, oriundas ou não na Linguística, para o esclarecimento das questões levantadas neste artigo, lançou-se mão da taxonomia dos atos ilocucionários proposta por Searle (1969, 2002).

Para esse estudioso (1969; 2002), os atos ilocucionários dispõem-se da seguinte forma:

- a) **assertivos**: os membros dessa classe avaliados como “verdadeiro” ou “falso”, nesse caso, são atos que comprometem o falante com a expressão (ou não) da verdade;
- b) **diretivos**: são aqueles que representam tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer uma ação futura;
- c) **compromissivos** ou **comissivos**: são atos marcados pelo grau de compromisso do falante com uma linha de ação futura;
- d) **expressivos**: atos cujo propósito é a expressão de um estado psicológico. A verdade da proposição é pressuposta.

Além dessa tipologia, Searle acrescentou outra categoria — a das *declarações* —, para atender aos “casos em que se faz existir um estado de coisas ao declarar-se que ele existe, casos em que “dizer faz existir” (SEARLE, 2002,

p. 25). Quando realizadas de forma bem-sucedida, as *declarações* garantem a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade.

Mari (1998, 233), ao discutir a aplicação da tipologia de atos acima exposta aos discursos políticos, afirma que há uma tendência de os atos se apresentarem indiretamente. Para o autor, nesses casos, há duas principais correlações: a) *toda crítica implica uma promessa (implícita)*; b) *toda promessa implica uma crítica (implícita)*. Ou seja, o autor remete à ideia de Searle (2002) de que muitos atos da comunicação ordinária se realizam indiretamente. Para esse estudioso, nesses casos,

o falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com a informação de base, linguística e não linguística, que compartilhariam, e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte. (SEARLE, 2002, p. 50)

Searle (1969), ao questionar o fato de que muitas sentenças indiretas apresentam-se de uma maneira quase convencional (como em *Você pode alcançar o sal?*, por exemplo), sugere que a emissão dessas sentenças explica-se em função das condições de realização feliz — condições preparatórias, condições de conteúdo e condições de sinceridade — dos atos de fala que costumam veicular indiretamente.

O estudioso propôs algumas explicações para esse assunto, muitas delas envolvendo os “postulados conversacionais” e ainda estruturas profundas alternativas. Depois, reconhecendo a incompletude das respostas dadas a suas perguntas, passa a defender a hipótese de que

em atos de fala indiretos, o falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com uma informação de base, linguística e não linguística, que compartilhariam, e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte. (SEARLE, 2002, p.50)

Mais objetivamente, para Searle (1969, 2002), explicar a “parte indireta” dos atos de fala indiretos prescinde não só da inclusão de uma teoria dos atos de fala, mas também da recorrência a princípios gerais de conversação cooperativa (alguns dos quais foram abordados por Grice -1975), da informação fatural prévia comum ao falante e ao ouvinte e, ainda, da habilidade que permite ao ouvinte inferir os atos proferidos pelo falante.

Agora, convém reportar às condições de felicidade dos atos de fala: preparatórias, de sinceridade e de conteúdo proposicional.

De modo geral, pode-se afirmar que as condições preparatórias de um ato de fala representam as proposições de base que são inferidas no momento de sua execução, de modo a descrever o papel dos interlocutores nas diferentes situações discursivas. Obviamente, essas condições variam conforme o tipo de ato proferido. A condição preparatória de uma asserção, por exemplo, consiste na ideia de o falante assumir como verdadeiro o estado de coisas por ele reportado, assim como a de uma promessa reside no fato de o falante ser capaz de realizar uma ação futura e de o ouvinte querer que ele realize essa ação.

Já as condições de sinceridade “... podem ser descritas como atitudes proposicionais que expressam estados mentais, no momento da execução de um ato” (MARI, 2001, p.127). Ou seja, referem-se aos estados psicológicos que são expressos (crença, intenção, desejo, prazer) quando da emissão de um ato. A título de ilustração, eis as condições de sinceridade relativas a asserções, perguntas e promessas, respectivamente: o falante se compromete com a verdade da proposição expressa, ao deixar nítida a sua crença; o falante quer que seu ouvinte realize uma ação futura; o falante deseja praticar uma ação futura.

De acordo com Searle (1969, 2002), a condição de sinceridade

vale mesmo quando o falante é insincero, mesmo quando não tem a crença, o desejo, a intenção, o arrependimento ou o prazer que expressa; ele ainda assim expressa, ao realizar o ato de fala, uma crença, uma vontade, uma intenção, um arrependimento, um prazer. (SEARLE, 2002, p.7)

Considerando-se, aqui, a dimensão interacional dos atos de fala, essa afirmação do autor torna viva a ideia de que a expressão do estado psicológico — seja crença, desejo, intenção, arrependimento e outros — pelo locutor merece confiança da parte do interlocutor em função de uma reputação social. Nesse sentido, há um pacto de confiança que toma formas diferentes conforme as diversas posições ocupadas pelos interlocutores no interior de sua comunidade de palavra.

Quanto às condições do conteúdo proposicional, diz-se que elas estabelecem os padrões de compromisso entre falante e ouvinte, a partir da escolha de formas linguísticas à emissão do modo, entendendo-se este como a explicitação singular “... da maneira pela qual o ponto de realização de uma força ilocucional deva ser desempenhado para assegurar a satisfação de um ato de fala” (MARI, 2001, p. 121). Para não fugir à regra, seguem as condições do conteúdo proposicional inerentes a perguntas e promessas: o falante predica uma ação futura a ser realizada pelo ouvinte; o falante predica um ato futuro a ser praticado por ele mesmo.

Uma vez apresentados os princípios subjacentes à TAF aqui considerados, segue uma breve apresentação do material que constitui o *corpus* do presente artigo.

### **3. O locus onde se originam as promessas e críticas: o programa “O Brasil mudou”**

O Programa Oficial “O Brasil mudou”, da bancada petista à reeleição presidencial<sup>1</sup>, apresenta uma linguagem clara e convincente, caracterizada pela presença de dados comparativos entre gestões anteriores, diga-se, de passagem, tucanas. Dessa forma, muitos são os gráficos ilustrativos dos índices de desenvolvimento do Brasil em todos os setores da gestão que inicia em janeiro de 2003 e pretende se encerrar em dezembro de 2006. Sistemáticamente, está dividido em 4 partes principais – 1) “Brasil 2002: o país do apagão, do desemprego e da exclusão social”; 2) “Brasil 2003 – 2006: um novo modelo de desenvolvimento”; 3) “A redução da desigualdade se torna uma realidade” e 4) “Estratégia de campanha”.

Apesar de não se referir especificamente a esse tipo de discurso, Mari (1998, p.227) destaca que, na atividade política, é possível apreciar “ou as *promessas* que costumam compor o elenco das intenções da plataforma de um candidato, ou, complementarmente, as *críticas* que compõem sua estratégia de identificação – partidária.” Também afirma o estudioso que essas formas tendem a se manifestar indiretamente, como forma, muitas vezes, de mascarar os compromissos dos candidatos com futuras atuações administrativas.

No fundamental, pode-se dizer que o discurso do candidato Lula possui uma peculiaridade que o distingue de outros: sua campanha é permeada por uma exposição de fatos e dados de gestões anteriores, incluindo a do seu próprio mandato, e não por um conjunto de agressões verbais sobre o candidato que ora se coloca como concorrente à vaga presidencial.

Para Mari (1998), tal estratégia possui pouco valor interativo, quando comparada ao repertório de promessas e críticas que constituem uma campanha política. Porém, no caso específico da campanha de reeleição do candidato Lula, pode-se reconhecer o fato de que tal estratégia serviu para tornar seu discurso

---

1 No ano de 2006, a disputa presidencial brasileira apresentou-se de forma inversa aos últimos pleitos eleitorais, pois um líder petista, após três derrotas consecutivas para a bancada tucana, venceu, com o maior número de votos da história da política brasileira, as eleições presidenciais em 2002 e passou, então, a ser candidato à reeleição.

eloquente, ao tempo que deixa para o eleitor a responsabilidade de dizer “SIM” ou “NÃO” ao desenvolvimento. A propósito, o próprio nome do Programa de Governo revela tal intenção, afinal, intitula-se “O Brasil mudou” e, pelos dados que consegue expor, “mudou para melhor”.

Urge dizer, também, que há um tom de complementaridade e/ou continuidade característico do discurso presidencial do candidato petista. Ao tratarem da abordagem clássica de Searle a respeito da TAF, especificamente no que diz respeito ao conteúdo proposicional, Pereira e Gray afirmam que:

As diferenças no conteúdo proposicional de uma elocução se referem ao significado do próprio ato, ou seja, não se pode fazer algo que já foi feito. Quando o falante faz uma promessa, por exemplo, o que está sendo prometido não pode já ter sido cumprido já que se assim for tal ato não será concretizado/realizado. (PEREIRA; GRAY, 1999, p. 171)

Porém, levando em consideração o contexto sobre o qual se alicerça o discurso petista, é completamente compreensível e evidente a estratégia usada pelo candidato Lula. Aliás, o próprio candidato justifica o modo de apresentação de sua tática de campanha no *corpus*:

(01) “Iniciado o processo eleitoral, é hora de concentrar todas as nossas energias na defesa do nosso partido, do nosso governo e na eleição dos nossos candidatos e candidatas. Essa eleição será diferente. Pela primeira vez o candidato do PT é o presidente do País. Isso aumenta a nossa responsabilidade e a necessidade de apresentarmos um balanço das nossas realizações que justifiquem a continuidade do mandato”. (p.1)

#### **4. As promessas (compromissivos) e críticas (assertivos) da campanha: a interação com o eleitor**

De modo geral, pode-se reconhecer, nas promessas e críticas veiculadas no programa de governo ora em destaque, um caráter transitivo que intima o ouvinte/eleitor constantemente a uma concordância, a uma responsabilidade em fazer jus ao movimento de mudança positiva instituído no Brasil durante a gestão petista.

Nesse sentido, seja a partir de uma promessa direta (crítica implícita), seja a partir de uma crítica explícita (promessa implícita), constata-se um valor in-

terlocutivo, à medida que o eleitor é convidado a compartilhar de determinadas opiniões e, claro, a aderir a essa corrente por meio do voto, da confirmação de que a bancada petista é a certa para continuar guiando os rumos do país por mais 4 (quatro) anos. Curiosamente, isso se dá, por vezes, a partir de uma transferência de responsabilidade do candidato para o eleitor, que passa a assumir a posição de co-autor da ação a ser realizada, como acontece em

(02) “*Todos sabem que ainda há muito a ser realizado e essa é uma das razões para **reelegermos** Lula presidente [...].*” (p.34).

(03) “[...]. *O futuro está em nossas mãos e **nas do povo brasileiro.***” (p.35).

Como se pode atestar, em ambos os casos, faz-se presente uma transferência de responsabilidades, na medida em que ao eleitor cabe decidir e realizar a ação de definir o futuro da nação reelegendo o presidente Lula. Para isso, não há uma referência em vocativo ao eleitor, mas o diálogo/interação acontece.

Essa continuidade também é destaque no contexto de uma urgência ou compromisso direto do próprio locutor/candidato, ainda assim, vê-se uma partilha de informações que não acontece de modo alheio ao outro, muito pelo contrário, marca o papel do eleitor, que passa a ser testemunha de um propósito desse candidato: realizar, em caráter de completude de gestão, melhorias nos diversos setores de atividade governamental. Assim, faz-se uma exposição de uma ação já realizada e, em seguida, introduz-se uma promessa a ser cumprida até o término da gestão vigente – 2006:

(04) “[...] o governo **tem investido** na regularização fundiária através do programa *Papel Passado* que já promoveu a entrega de 238mil títulos de propriedade.” (p.12).

(05) “[...] As taxas médias de ocupação das aeronaves **estão em crescimento** desde 2003, de 53% para 69% em 2005.” (p.14).

(06) “[...] É, pela primeira vez, uma política sustentável de agricultura e pesca **beneficiará até o final do ano** um milhão de pescadores artesanais”. (p. 8).

(07) “[...] **Ao longo de 2006 serão investidos R\$ 5,6 milhões** em ações de enfrentamento à violência contra a mulher.” (p.23).

Evidentemente, também há promessas que respondem por uma ideia de futuro mais distante e não apenas por uma realização mais imediata, como é possível visualizar nos seguintes casos:

(08) “[...] Essa expansão **vai gerar** 125mil novas vagas **ao longo de cinco anos.**” (p. 21)

(09) “Com a reforma do judiciário, ainda não concluída, os cidadãos **terão acesso** a uma Justiça mais desburocratizada. [...]” (p.26).

Nesses exemplos, sem dúvida, as ações (promessas) são de responsabilidade única do proponente, mas o ouvinte/eleitor, mais uma vez, participa de um diálogo e é potencialmente o futuro responsável pela cobrança de realização desse ato. O locutor/candidato não emite atos vãos, ele expressa o seu compromisso, ao mesmo tempo em que apresenta a consequência real e benéfica de seus feitos. Sua meta é gerar melhorias e o povo representa o seu confidente, mas também o seu pretense juiz e cobrador de deveres, responsável pela exigência de execução desse trabalho.

Do mesmo modo, as críticas destacadas no *corpus* estabelecem padrões de interatividade as mais diversas, reportando aos deslizos da bancada tucana, que governou o Brasil, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso – FHC até 2003 e que ora se apresenta como concorrente, com a candidatura de Geraldo Alckmin, para governá-lo a partir de 2007. Nesse peculiar, o eleitor é convidado a lembrar os maus tratos a que esteve submetida a nação brasileira em épocas anteriores ao exercício do governo Lula. É o que pode ser verificado nos exemplos abaixo:

(10) “Para os neoliberais, como **Collor, FHC e Alckmin** a natureza e a vida das pessoas devem se submeter à lógica do mercado.” (p. 4).

(11) “Sucateado pelo governo **FHC**, o IBAMA ficou quase sem condições de cumprir sua missão de cuidar do nosso patrimônio natural.” (p. 12).

É mister salientar, ainda, o uso inusitado da forma pronominal ‘nosso’, em (11), que aproxima o ouvinte/eleitor do fato comentado, da mesma forma que realça um patrimônio comum (a natureza), estabelecendo um pacto de confiança e uma necessidade de cuidado em conjunto.

Oportunamente, há a demonstração explícita dos bons feitos do governo Lula e a subsequente alusão indireta aos equívocos da gestão do PSDB. Nesses casos, também, o eleitor é partícipe de uma conversa que se instaura via *flashback*, com o objetivo de fazer ativar, na sua memória, uma comparação de gestões e, obviamente, conquistar o seu voto. A propósito, eis os exemplos:

(12) “[...]. E o que é muito importante: **o governo Lula faz isso sem privilegiar aliados nem discriminar municípios e estados governados por adversários.**” (p.25).

(13) “Esse não é um governo blindado, é um governo absolutamente transparente, que participa e responde tudo.” (p. 35).

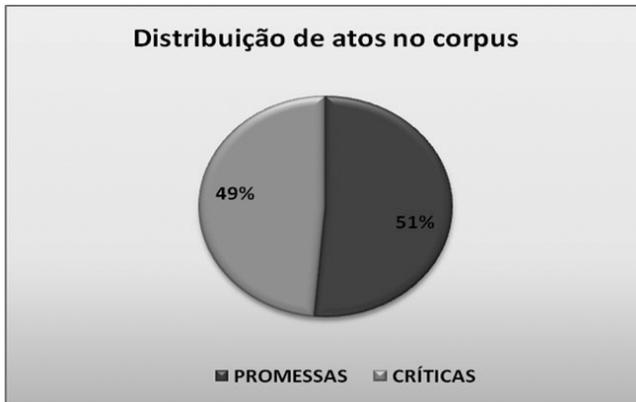
(14) “[...], em pleno século XXI mais de 6 milhões de famílias viviam sem luz elétrica [...]” (p.5).

(15) “As estradas federais ficaram abandonadas durante os dois governos tucanos [...]” (p.14).

Em todos esses exemplos, percebe-se o destaque dado à implementação de medidas petistas que sanaram (ou pretendem sanar) situações adversas originadas durante o governo tucano. A despeito dessa afirmação, nota-se como a forma do verbo no pretérito, em (14), dá uma ideia de algo resolvido no governo Lula, sobreposta a uma crítica ao estado do sistema elétrico na gestão anterior. No caso de (15), a crítica se volta aos dois mandatos do governo FHC, de maneira a lembrar o eleitor que a liderança era de um membro do PSDB, correligionário de Alckmin, que agora disputa o cargo de presidente.

Seja como for, o eleitor, em todos os exemplos apresentados, não figura como um mero gravador, ele é simultaneamente objeto de atenção, de compartilhamento de informações e denúncias e, principalmente, de interesse do candidato. Pode-se dizer, então, que ele é o futuro agente da ação de votar e, conseqüentemente, de definir o destino do país. Logo, o eleitor representa o ‘outro’ a quem o diálogo ou interação instituída se dirige, ainda que não fale/reaja imediatamente. Em outras palavras, esse outro está sempre presente e a interação é condição para as promessas e críticas realizadas.

Em termos de estratificação, pôde-e constatar a ocorrência de 72 atos, sendo 37 promessas e 35 críticas, que corresponde a 51% e 49%, respectivamente, como apresentado no gráfico seguinte:



**GRÁFICO Nº 1: Distribuição de atos no *corpus***

É bem verdade que, em alguns desses casos, é mais perceptível a alusão ao outro, mas tal constatação não implica a existência de atos que dispensem um valor interativo. Para Mari (2001), não se deve confundir a ‘autonomia’ de um ato com a ‘dimensão conversacional’ de determinadas práticas específicas de linguagem. Ao tratar das perguntas, por exemplos, cujo propósito ilocucionário é gerar outro ato (a resposta) e, portanto, a atitude do outro é a razão de sua existência, o autor assim se manifesta:

A força diretiva de uma pergunta<sup>2</sup>, enquanto ato, é autônoma, embora implique, em termos de sua realização, um outro ato — a resposta. A força diretiva de uma ordem também é autônoma e não implica, necessariamente, uma atividade verbal conseqüente, mas apenas a realização material de uma ação, prescrita no ato. A pergunta pode ter uma feição conversacional direta, à ordem essa escapa essa feição; ambas, porém, são práticas discursivas que integram locutor e alocutário. **Essa autonomia (relativa) implica dizer que um ato não requer, como condição de sua existência, uma troca de turno, embora possa admiti-la, numa dimensão contingente de ajustamento de algumas de suas condições e para casos específicos<sup>3</sup>.** (MARI, 2001, p. 95)

Mesclando as convicções transcritas acima ao posicionamento de Bakhtin (1992), ao afirmar que quem ouve um discurso adota uma atitude ‘responsiva ativa’ em relação a ele, uma noção se faz subjacente: *‘A troca de turno é o*

<sup>2</sup> Grifos do autor

<sup>3</sup> Grifos nossos.

*modo mais direto da interação, mas isso não lhe confere a exclusividade do circuito discursivo*'. Nos exemplos aqui apresentados, tal assertiva é mais do que evidenciada.

A propósito, para Bakhtin (1992), ouvir um determinado discurso é apenas uma etapa da 'compreensão responsiva ativa', ou seja, uma resposta subsequente que não precisa, necessariamente, ser fônica ou gráfica; em se tratando de uma ordem, ela pode se manifestar, pelo menos, sob três formas: realizar-se como um ato, como uma atitude retardada e, ainda, como mutismo da indiferença. O eleitor, destinatário dos atos realizados no *corpus*, pode, por exemplo, lançar mão de todas essas posturas/respostas.

Quanto ao locutor, Bakhtin (1992) salienta o fato de este, ao emitir um ato de fala, já pressupor essa responsividade de seu interlocutor, além de trazer à tona a ideia de um 'locutor virtual respondente', à medida que:

O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores — emanantes dele mesmo ou do outro — aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação. (BAKHTIN, 1992, p. 291)

Talvez os interacionistas mais ferrenhos venham a estranhar a mescla reportada. Afinal, abordar a autonomia de um ato / troca de turno dentro da perspectiva endossada pela TAF, mormente no que concerne à taxonomia de Searle (1969, 2002) para os atos ilocucionários, junto aos moldes dos estudos desenvolvidos por Bakhtin (1992) não é uma constante.

Mas, ao que tudo indica, essa alusão ajuda a responder às questões outrora formuladas, porque se se é possível falar de uma 'atitude responsiva ativa', também fica evidente a não obrigatoriedade de uma troca de turno e, nesse caso, parece absurdo dizer que um ato de fala cuja construção é feita via intervenção direta do locutor (a exemplo de um compromissivo) desmerece a presença do outro e, por extensão, a interação.

Reciprocamente, a TAF não precisa, necessariamente, mencionar o termo 'interação' como carro-chefe de suas reflexões, porque entende que esta já está inscrita nas práticas de linguagem, que é eminentemente dialógica, nos termos de Bakhtin (1992).

## Conclusão

O conjunto das observações expostas deixa emergir, portanto, um conceito de ‘ato de fala’ que, de uma forma ou de outra, prevê e é destinado ao outro, imunizando a TAF da acusação de que seus princípios negam o interacionismo. Na tentativa de rascunhar essa definição, preferiu-se adotar, aqui, a voz de Chabrol (2001), quando argumenta:

É um ato de comunicação que consiste na relação de um projeto de ação comunicacional e de uma enunciação languageira que serve de suporte a uma orientação intencional de ação. Para o enunciador, trata-se, a partir de uma orientação para uma ação comunicacional, de obter a adesão a um julgamento, a compreensão de uma explicação e, assim, de produzir um ou mais enunciados que tornem manifesta para o outro sua intenção, levando em conta o contexto, o co-texto e o contrato de comunicação. Para o destinatário, trata-se, a partir do tratamento linguístico do enunciado, completado pelos conhecimentos necessários adquiridos, de reconstruir, através de uma interpretação inferencial, a intenção mais pertinente, levando em conta o contexto, o co-texto e as apostas de comunicação. (CHABROL, 2001, p.144-145)

Fundamentalmente, o problema é facilmente destrinchado: a acusação de que a TAF e, por extensão, a classificação de Searle para os atos ilocucionários é pouca afeita à interação é decorrente da inserção de inúmeras propostas taxonômicas criadas ao longo desses anos para os atos ilocucionários, que, preocupadas em dar conta da complexidade dos problemas aglutinados por um ato de fala, instituíram um número considerável de parâmetros classificatórios e esses parâmetros, por vezes (mal interpretados ou não), reforçaram a amplitude da força ilocucionária de um ato, a partir da aparente observação unilateral do locutor.

Hoje, não é difícil encontrar adeptos à afirmação de que é quase impossível nomear e/ou categorizar a natureza dos atos de fala que são emitidos, em especial quando tais atos são realizados indiretamente e/ou de forma ambígua (VION, 1992). Nesse sentido, vivifica-se a premissa de que os atos de fala dispõem de um caráter ilocucional e, inegavelmente, também, de um valor perlocucional previamente calculado, conforme as mais diversas funções interativas.

Sobre esse peculiar, muitas outras observações poderiam ser feitas, da mesma forma que muitas posições contrárias àquela aqui desenvolvida podem ser respaldadas, mas, como o foco deste artigo não se voltou para o esmiuçar dessa crítica correntemente feita à TAF, julgou-se conveniente apenas salientar

os mínimos e suficientes aspectos para a desconstrução da tese de que a referida teoria é avessa aos estudos da interação, pelo menos enquanto compreensão inicial.

## Referências

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHABROL, C. Por uma classificação dos atos de fala. (Tradução de Hugo Mari e Renato de Mello) In: MARI, Hugo et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.
- MARI, Hugo. Atos de fala no discurso de candidatos à prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica. In: MACHADO, Ida Lúcia et al. *Teorias e práticas discursivas*. Estudos em Análise do Discurso. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 1998.
- PEREIRA, Tânia; GRAY, Adriana. A teoria dos atos de fala: da abordagem clássica à abordagem interacionista. In: CARNEIRO, Marisia (org). *Pistas e travessias: bases para estudos da linguagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp. 161 -183
- SEARLE, J.R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge University Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VION, Robert. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hanchette, 1992.
- O BRASIL MUDOU – programa de governo. Disponível em [www.lulapresidente.com.br](http://www.lulapresidente.com.br).
- ENVIO EM: 30/04/2012